

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO NATAL:**  
O olhar da historiografia e seu reflexo nos livros didáticos

MARIA DAGMAR RIBEIRO



NATAL,  
1999

MARIA DAGMAR RIBEIRO



**A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO NATAL:**  
O olhar da historiografia e seu reflexo nos livros didáticos

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor João Maria Valença de Andrade.

NATAL-RN  
1999

*Passarão o dom das profecias e das Ciências e das  
línguas, mas o amor persistirá pela eternidade.*

*Cor. 13. 8*

Dedico este trabalho aos meus pais, em especial ao meu pai, José Ribeiro da Silva (In memória) que tanto sonhou com este momento e a meu esposo Dorgival Azevedo de Araújo que em todos os momentos esteve ao meu lado incentivando-me, as minhas filhas Paola Didiane Ribeiro de Azevedo e Paula Daniele Ribeiro Azevedo, das quais eu estive ausente, por exigência do cumprimento das atividades relativas ao próprio curso, e a VOCÊ que compartilhou do meu ideal e o alimentou, incentivando-me a prosseguir na jornada, fossem quais fossem os obstáculos; a você que sempre esteve do meu lado, lutando, sofrendo e conquistando comigo.

Dedico a minha conquista com a mais profunda admiração e carinho.



## AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder o dom da vida, a inteligência e me possibilitar viver e reviver tantas experiências.

Aos professores das disciplinas, cuja dedicação foram comprovadas no exercício de suas funções em sala de aula.

Aos alunos do curso, com quem sempre partilhei, tanto as alegrias quanto as dificuldades.

Aos professores:

*João Maria Valença de Andrade* pela valiosa atenção e compreensão na minha orientação;

*Denise Mattos Monteiro* que muito contribuiu no meu enriquecimento com suas cobranças no fazer melhor;

*Fátima Martins Lopes* pelas orientações sobre a melhor leitura e o melhor caminho para atingir o meu objetivo;

*Francisca Aurinete Girão* o meu grande obrigada por está sempre disposta a tirar dúvidas e ajudar na organização deste trabalho, com o seu sorriso de quem nunca está cansada.

Obrigada

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	2
Capítulo 1 – O LUGAR DA HISTÓRIA NO PROCESSO DE ENSINO .....	3
1.1- As propostas programáticas: a ação docente e o aprendizado do aluno .....	3
1.2 - A História como área do conhecimento escolar .....	6
Capítulo 2 – O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A FUNDAÇÃO DE NATAL ...	11
2.1. Historiadores e controvérsias .....	11
2.2. “Mascarenhistas” e “Albuquerqueístas” na historiografia do Rio Grande do Norte .....	19
Capítulo 3 – O OLHAR DOS LIVROS DIDÁTICOS SOBRE A FUNDAÇÃO DE NATAL .....	21
3.1. Autores didáticos e controvérsias .....	21
3.2. “Mascarenhistas” e “Albuquerqueístas” nos manuais didáticos .....	29
Capítulo 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	32

## INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o papel, a função, o objetivo do ensino da História na vida cotidiano dos jovens e adolescentes deste país. Para muitos, o ensino da História não tem nenhum valor prático, já que esta não passaria de uma disciplina “decoreba”. Essa visão radical está ligada à forma metodológica utilizada pelo professor na sala de aula ou, ainda, aos instrumentos didáticos adotados pelo docente. Muitas vezes, nestes instrumentos constam equívocos que podem trazer serias conseqüências na formação do saber.

Portanto cabe ao professor, antes de adotar ou optar por tal método ou qual livro a ser utilizado por ele em sala de aula, fazer uma pesquisa bibliográfica dos conhecimentos e conceitos presentes nos manuais didáticos adotados pela instituição de ensino à qual está vinculado. Isso porque, apesar de controversos, tais manuais poderão auxiliar as propostas de ensino, sejam de História, ou de outras disciplinas.

É com base nestes manuais, que o professor irá elaborar as suas propostas programáticas, pois como sabemos, muitas vezes o livro didático é o único material disponível e de uso generalizado nas escolas, a “fonte histórica” que o aluno, e até mesmo o professor, dispõem para o aprendizado da História.

Este trabalho busca refletir sobre tais questões. Assim, a importância da elaboração das propostas programáticas para a compreensão da História como área do conhecimento escolar, será considerada no Primeiro Capítulo.

No Segundo Capítulo, abordaremos a historiografia relativa à fundação da Cidade do Natal, a partir dos trabalhos de alguns historiadores, tomando-a como parâmetro para uma análise de livros didáticos que tratam deste tema. No Terceiro Capítulo, realizaremos tal análise, buscando averiguar a presença dos historiadores nos textos escolares.

Nas considerações finais, buscamos relacionar a influência dos livros didáticos, no trabalho dos professores e na aprendizagem dos alunos.

## CAPÍTULO I

### O LUGAR DA HISTÓRIA NO PROCESSO DE ENSINO

#### I.1 AS PROPOSTAS PROGRAMÁTICAS: A AÇÃO DOCENTE E O APRENDIZADO DO ALUNO.

Para um melhor desempenho do professor na sala de aula, se faz necessário, a elaboração de uma proposta pedagógica que venha a orientar o seu o papel desempenhado pelo docente como agente mediador do conhecimento. É indispensável, portanto que o mestre tenha um maior conhecimento dos métodos de ensino propostos ou elaborados pelas instituições educacionais.

Segundo LIBÂNEO:

*"O processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. Estes pelo estudo das matérias, sob a direção do professor, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais. A direção eficaz desse processo depende do trabalho sistematizado do professor que, tanto no planejamento como no desenvolvimento das aulas conjuga objetivos, conteúdos, métodos e formas organizadas do ensino".<sup>1</sup>*

Nesse sentido, os agentes ativos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizado do aluno serjam o professor e os trabalhos por este desenvolvidos no decorrer do processo, cabendo-lhe adotar as condições necessárias para o êxito do trabalho.

Por atribuir decisiva importância às orientações didático-pedagógicas, os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN, advertem que:

*"No processo de aprendizagem, o professor é o principal responsável pela criação das situações de trocas, de estímulo na construção de relações entre o estudado e o vivido de integração com outras áreas de conhecimento, de possibilidade de acesso dos alunos a novas*

---

<sup>1</sup> LIBÂNEO, 1993, p.141.

*informações, de confronto de opiniões, de apoio ao estudante na recriação de suas explicações e de transformações de suas concepções históricas”.*<sup>2</sup>

Dai a necessidade do professor elaborar ou selecionar um plano-programático, para que possa atingir os seis objetivos.

A relevância de uma proposta pedagógica, traduzida num plano de ensino, fica claramente nas reflexões de DI GIOVANNI.<sup>3</sup> Segundo ela,

*“A consistência do trabalho do professor depende da vinculação coerente entre objetivos, conteúdos e métodos, de tal forma que os seus objetivos não corram o risco de se tomarem meras formalidades iniciais da explicitação de seu plano, mas referenciais efetivos para as atividades na sala de aula. Neste sentido, a questão qual a é a aula que vou dar hoje? Esta profundamente ligada a outra questão: A que objetivo quero chegar com a aula de hoje?”.*

Para responder tais questionamentos esta autora propõe que o professor deva levar em consideração o conteúdo a ser desenvolvido, os conceitos que devem ser explicados a partir deste conteúdo, o material didático necessário e as atividades de observação, discussão, análise, síntese e generalização que serão propostas. A autora ainda ressalta que deverá existir uma inter-relação entre cada um destes elementos, não podendo haver separação entre eles para o bom andamento dos trabalhos.)

( Ao escolher os conteúdos a serem ministrados na sala de aula, o professor leve em conta não só herança cultural manifesta nos conhecimentos e habilidade mas também a experiência da prática social vivida no presente pelos alunos, isto é nos problemas e desafios existentes no contexto em que vivem. Além disso, os conteúdos de ensino devem ser elaborados numa perspectiva de futuro, uma vez que contribuem para a negação das ações sociais vigentes em vista a construção de uma sociedade verdadeiramente humanizada.

Os recurso utilizados pelo professor para o acesso do aluno ao conhecimento deverão a princípio, criar condições trazidas pelos textos, colegas e por ele mesmo, que lhe sirvam de instrumentos para chegar à compreensão de conceitos. Por isso os livros, os manuais e apostilas devem

<sup>2</sup> BRASIL. MEC/SEF. PCN

<sup>3</sup> DI GIOVANNI. 1992, p.28.

atender a expectativa e concretização do mestre. Estes instrumentos representam na maioria das vezes o controle e a garantia de difusão de valores do sistema social vigente.

Cabe ao professor a escolha destes instrumentos já que estes existem tanto de boa e como de má qualidade. Nesse sentido, advertem os PCN:

*“Ao optar ou não por incorporar o manual didático na sua prática escolar, o professor deve Ter sempre em mente que o trabalho do docente não consiste em reproduzir conhecimentos e métodos de ensino pré-fixados ou pré-concebidos. As vivências escolares são cheias de momentos imprevisíveis, que precisam ser reconhecidos como particulares e não rotinas padronizadas em modelos. Os materiais, os recursos e os métodos didáticos podem e devem ser múltiplos e diversificados”<sup>4</sup>*

No entanto, o que se pôde constatar no decurso deste trabalho é que o docente tem falhado, no ponto que refere-se a escolha dos manuais didáticos; ou por mera negligência, ou por falta de mais informação sobre o tema debatido na sala de aula. Em alguns dos livros analisados por este trabalho, constatou-se a presença de equívocos grosseiros sobre o tema, além da ausência de algumas <sup>mas</sup> informações essenciais para uma melhor compreensão do assunto. Tais equívocos podem significar, no futuro, danos ao discente.

Portanto, seria essencial que o mestre, ao optar por tais livros ou manuais, fizesse uma pesquisa ou aprofundamento sobre o tema, para que ao trabalhar tais informações em aula, contomasse estes equívocos. Ou, até mesmo, o professor poderá utilizar deste equívoco como instrumento de motivação para o aluno, orientando-o a elaborar uma pesquisa e, com os resultados obtidos, confrontar os dados. O resultado deste confronto levará o aluno a questionar-se sempre sobre as informações contidas nos manuais didáticos e nos meios de comunicações. Poderá, pois, perceber que algumas das informações e questões históricas, adquiridas de modo problematizante e/ou debatidas entre nos meios educacionais, – mesmo que de maneira fragmentada, – são incorporadas significativamente pelo adolescente, que as associa, relaciona, confronta e generaliza até tornar significativo, relevante e consolidado o seu aprendizado. O que ele aprende fundamenta a construção e a reconstrução de seus valores e práticas cotidianas e as suas experiências sociais e culturais. Pois o que provoca conflitos e dúvidas, também, estimula-o a distinguir, explicar e dar sentido para o presente, o passado e o futuro, percebendo a vida como suscetíveis transformações.

<sup>4</sup> PCN. 1998. p.80.

histórico - ligações com o objetivo -  
ligações com o ensino de EN

6

## 1.2. A HISTÓRIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO ESCOLAR.

O que é História? Qual seria seu objetivo? Para que estudar História? Qual a função da História? Essas e outras indagações vêm sendo debatidas nos corredores escolares objeto da preocupação de professores pelos alunos. Para muitos, a disciplina de História não passa de "matéria decoreba", e, por tanto não tem nenhuma função. Cabe ao professor responder tais indagações e mudar a opinião dos alunos sobre o por que do conhecimento histórico e qual a função na sociedade na aula e na vida.

Segundo BORGES,<sup>5</sup> "a função da História desde seu início, foi a de fornecer à sociedade uma explicação de suas origens, (ou seja uma explicação genética)". A história em sua linha de conhecimento humano se põe, nos dias atuais, cada vez mais próxima das demais áreas do conhecimento: Psicologia, Sociologia, Geografia etc, havendo entre as mesmas uma cooperação, no sentido de compreender e analisar os eventos pelo quais as sociedades humanas têm passado. Esta autora afirma ainda que "a História procura especificamente ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas".<sup>6</sup> Sendo tais transformações a essência, o objeto da história. Ao olhar para trás na história de nossa própria vida, entenderemos facilmente o que acabamos de afirmar, pois nós constantemente mudamos assim o que é válido para o indivíduo é também válido para a sociedade. Ao observamos tais transformações, podemos traçar probabilidades ou possibilidades que permitam ao homem um futuro melhor.

Portanto, propiciar o conhecimento das forças que atuam nas transformações da vida social, ajudar os sujeitos a se tomarem mais consciente de si mesmos e do mundo em qual vivem, seria uma a principal uma tarefa da história. Com base nesta concepção estaria a proposta de ensino da História nas séries iniciais do 1º grau. Como afirma Di Giovanni, "A proposta de ensino da história vem no sentido de salientar a validade do estudo da história como processo de transformação da vida dos homens em sociedade".<sup>7</sup> Explicitando essa concepção, a autora, continua afirmando:

"O estudo deste processo deverá criar as condições necessárias para o entendimento das relações sociais como sendo resultantes da ação dos homens e permitir a compreensão da natureza essencialmente dinâmica dessas relações. Uma dinâmica que não é natural, mas sociocultural e que resulta de uma tensão entre forças que atuam dialeticamente no sentido da persistência ou preservação e da mudança ou transformação."

<sup>5</sup> BORGES, 1980, p.46.

<sup>6</sup> Idem, idem, p.46.

<sup>7</sup> DI GIOVANNI, 1992, p.28.

Portanto, para Di Giovanni, a concepção da história permitiria ao discente um maior entendimento do mundo social, compreendido como resultado de um processo de transformação no qual ele mesmo, o aluno, estaria envolvido. Assim o aluno perceberia que faz parte deste processo, não como mero coadjuvante mas como agente destas transformações. Sendo assim cabe ao docente a responsabilidade de encaminhar os alunos no entendimento do processo histórico, como caminho para reflexão e análise de suas vivências com agente social, pois sabemos que o professor age como um mediador entre as condições internas e externas de aprendizagem.

Ao chegar à 3ª e a 4ª séries, a criança já pode observar certas transformações no contexto em que está inserido, tendo, portanto, adquirido os conhecimentos necessários para começar a discernir essas transformações. Com base nesta concepção, boa parte dos materiais didáticos têm sido elaborados. Busca-se neste material didático um melhor entendimento do ensino da história de seu meio seja do espaço no qual o aluno está inserido.

No Brasil, o ensino de História é caracterizado a partir de dois grandes momentos. O primeiro teve início após a independência (por volta da metade do século XIX), tendo por principal objetivo ~~era~~ criar uma "genealogia da nação". Com isso, elaborou-se uma história nacional baseada nos pressupostos eurocráticos. O segundo, momento ocorreu nas décadas de 30 a 40 deste século, orientado por uma política nacionalista e desenvolvimentista.

Naquele primeiro momento, a disciplina de História das Civilizações foi incluída no currículo escolar ao lado da História Sagrada, que tinha o mesmo estatuto de historicidade da história universal ou civil pois ambas estavam voltadas para a formação moral do aluno.

Vale salientar que neste momento histórico a igreja exercia forte poder sobre o Estado e a maioria das escolas existentes no país era de ordem católica. Portanto a disciplina História seguiu a mesma filosofia da História sagrada, substituindo a narrativa da vida dos santos pelo nacionalismo exacerbado.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)\*, os objetivos da inserção da História do Brasil no currículo estavam voltados para a constituição da idéia de Estado Nacional laico, mas articulado à Igreja Católica. Os conteúdos culminavam com os "grandes eventos" da Independência e da Constituição do Estado Nacional, visto como o responsável pela condução do Brasil ao destino de ser uma "grande nação".

Com a criação do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criados no ano de 1837, ocorreu uma reformulação dos programas ensinados nas escolas públicas, passando-se a enfatizar o Estado como o principal agente da História brasileira, distanciando da História sagrada.

\* MEC. SEF. 1998, p.20.

NOTA?  
(PCN)?



No final do século XIX com o advento da República, o ensino da História passou por uma série de reformulações. A partir daí, lhe caberá o duplo poder: o civilizatório e o patriótico. *"Ao lado da Geografia e da Língua Pátria, a História deveria fundamentar a nova nacionalidade projetada pela República e modelar um novo tipo de trabalhador, o cidadão patriótico."*<sup>9</sup>

A partir deste momento *"a História Nacional identificava-se com a História Pátria cuja missão, juntamente com a História da civilização era integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental, reforçando a visão linear, determinista e eurocêntrica da História"*.<sup>10</sup> Ocorre neste momento a real ruptura da História Sagrada com a História Nacional, pois neste período a Igreja, que antes era uma instituição vinculada ao Estado, separa-se deste. A moral religiosa antes absorvida pela História Nacional é absorvida pelo civismo pátrio.

O segundo momento dá-se a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde pública e a Reforma Francisco Campos, na qual foram criadas universidades, que possibilitaram um maior preparo na formação do professor secundário. *"Nesse contexto a História Geral e do Brasil foram integradas em uma única área, História da Civilização (...) Permanecia a identidade do Brasil com a civilização europeia e enfatizava-se, contraditoriamente, a população brasileira como mestiça"*.<sup>11</sup>

A partir de então o ensino da História se constituiria em um instrumento de desenvolvimento do patriotismo e da unidade étnica, administrativa, territorial e cultural da nação. Nesta mesma época é introduzido na educação brasileira; sob inspiração pedagógica norte-americana, os chamados Estudos Sociais que substituíram as disciplinas de História e Geografia no ensino elementar. O objetivo desta mudança era superar o conteúdo livresco e decorativo que comum no ensino tradicional destas duas áreas.

Em 1942, com as reformas no ensino secundário, a História passa a ter como objetivo preparar novos cidadãos patrióticos com responsabilidade de engrandecer a nação. Nos anos dos pós-guerra a história passou por uma série de questionamentos quanto as suas finalidades e à formação política dos alunos. Neste período o conteúdo escolar da disciplina estaria voltado para questões humanística e pacifistas.

Com implantação da política do Nacional desenvolvimentismo, nas décadas de 50 e 60 o ensino de História voltou-se para as temáticas econômicas deixando de lado a questão humanística e pacifista dos anos pós-guerra. *"Nesta época, além da constatação da importância do ensino de*

<sup>9</sup> *Idem. idem, p.21.*

<sup>10</sup> *Idem. idem, p.21.*

<sup>11</sup> *Idem. idem, p.22.*

? discussões de 20?

*História na formação do cidadão político, ele passou a ser considerado também fundamental para a formação intelectual do estudante*.<sup>12</sup>

No período da Ditadura, iniciada em 1964, a política de repressão nos meios intelectuais é posta em prática no país, por meio da censura e da imposição do Ato Institucional n.º 5. Neste momento área de Ciências Humanas é desvalorizada em favor de ensino técnico para a formação da mão-de-obra para a indústria crescente.

Nesse sentido, em 1971, ocorre uma reformulação na organização escolar. O ensino da História é dividido em duas partes: a) no 1º Grau, o núcleo de Estudos Sociais assumiria, nas primeiras cinco séries, a forma de atividade de integração social; nas séries seguintes a este caberia a integração do aluno com as ciências humanas; b) no 2º Grau as Ciências Humanas seriam subdividida nas disciplinas de História, Geografia e Organização Social Política Brasileira (OSPB).

Tais mudanças, impostas pelos governos militares tinham entre seus objetivos justificar o projeto nacional destes governos, e desqualificar o profissional, bem como despolitizar os conteúdos da História e Geografia e assim os próprios os alunos.

A partir dos anos 80, com a abertura política os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares dos estados e municípios. Os meios de comunicação possibilitaram ao docente e o discente uma maior facilidade de informações que permitissem uma formação cultural diversificada. Essa abertura possibilitou aos historiadores despertar para novas problemáticas e temáticas de estudos ligadas à História social, cultural e do cotidiano. Outra mudança defendida pelos pesquisadores e técnicos referia-se a metodologia de ensino (memorização reprodução), que questionava tal prática e afirmava que a mesma comprometia o aprendizado do aluno, já que a maioria dos livros didáticos não exigiam do aluno quase nenhum raciocínio.

*ligadas*  
*OS* Tais mudanças na estrutura educacional brasileira, têm refletido nos objetivos da disciplina de História. Se antes o papel desta era de criar no cidadão brasileiro uma genealogia nacional, hoje o seu papel estaria em correlacionar formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e flexivo. Assim, estes poderiam desenvolver a compreensão de si mesmos e dos outros, da sua inserção em uma sociedade histórica e da responsabilidade de todos em atuarem na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Vale salientar que apesar destas mudanças na proposta de ensino de história, a maioria dos docentes ainda pratica os velhos métodos de ensino, os quais tem levado a disciplina mais do que outras, a se constituir

<sup>12</sup> Idem, idem. p.24.

*"em solo fértil para a memorização, a repetição, o monólogo do professor, um espaço propício para a idéia de saber pronto, acabado, que resta apenas transmitir. Embora insistentemente apontada pelos autores e reconhecida, diante dessa crítica, tanto os professores quanto os estudantes acabam não tendo uma experiência ou não encontrando uma alternativa que escape à exposição oral, textos, questionários, decoreba, maniqueísmo e grosseiras simplificações sugeridas pelos manuais escolares que predominam no ensino desta área do conhecimento".<sup>13</sup>*

*Resumo OR*

O objetivo do estudo da História do Rio Grande do Norte, nas séries iniciais é resgatar a memória cultural do nosso Estado, além de preparar o aluno para exercer o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos. Para isso é necessário a elaboração de um elenco de conteúdos e atividades que possam vir a contribuir no aprendizado do aluno. São estes conteúdos divididos em quatro ciclos: No primeiro ciclo ~~trabalha-se~~ <sup>trabalha-se</sup> a questão da comunidade, e com quem vivemos e nos relacionamos, as diferentes formas de trabalho, formas de viver e formas sociais. No segundo ciclo é visto a questão da delimitação do espaço geográfico no qual está inserido o aluno. No terceiro ciclo os alunos já adquiriram um conjunto de informações e reflexões dos ciclos anteriores que facilitará uma melhor compreensão na distinção que se refere ao município quanto a sua zona urbana e rural. E no quarto ciclo será proposto pelo docente um estudo mais aprofundado no que refere-se às relações sociais, econômicas e políticas da formação do nosso Estado.

Com base em recentes propostas de ensino – entre os quais a dos PCN – e na obra de alguns historiadores preocupa-nos compreender um tema particular do ensino da História da Cidade do Natal: o da sua fundação. [Nosso estudo tem por <sup>objeto</sup> objetivo as informações encontradas nos livros didáticos e apostilas utilizadas nas sala de aula pelo docente.] ?



<sup>13</sup> Idem, idem, p.19-20.

## CAPÍTULO 2

### OLHAR DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A FUNDAÇÃO DE NATAL.

Visando identificar informações equivocadas e bastante disseminadas nos livros didáticos analisados por este trabalho, tomaremos por referência o que os clássicos da historiografia norterriograndense, Câmara Cascudo, Rocha Pombo, Tavares de Lira, Tarcísio Medeiros e Olavo Medeiros Filho – apresentam sobre o tema.

#### 2.1. HISTORIADORES E CONTROVÉRSIAS

##### CÂMARA CASCUDO

Em seus livros *Nomes da Terra* (1968) e *História da Cidade do Natal* (1980), Câmara Cascudo faz referências à fundação <sup>da</sup> cidade do Natal, dando ênfase às questões do seu nome ~~seu~~ e do <sup>seu</sup> fundador. Para ele, a fundação da cidade tem início com a chegada do capitão-mor Manuel Mascarenhas Homem, vindo de Pernambuco, em 25 de dezembro de 1597. Enviado pelo governador geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, Mascarenhas Homem vinha à capitania do Rio Grande para expulsar os franceses e dar início a construção de um forte, que teria ~~ido~~ suas obras ~~são~~ iniciadas em 06 de janeiro de 1598. Devido a data coincidir com o dia de reis, a cidade teria recebido o nome de povoação dos Reis. Cascudo ainda refuta tal posição declarando que seu nome original da cidade Natal, e não Cidade dos Reis. *“Porque foi esse o tempo em que a armada entrou a barra do Rio Grande do Norte. Apesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato”*.<sup>14</sup>

A cidade receberia outras denominações como: Cidade de Santiago (Capistrano de Abreu), Nova Amsterdã, durante a dominação holandesa e Natalópolis. Mas é como Cidade do Natal que ficará sendo conhecida.

<sup>14</sup> CASCUDO, 1980, p.30.

Do ponto de vista de Cascudo o provável fundador teria sido Manuel Mascarenha Homem, e não João Rodrigues Colaço ou Jerônimo de Albuquerque, como afirmam outros autores, já que Colaço e Albuquerque teriam substituído o capitão-mor de Pernambuco, após o início da construção da fortaleza. No que se refere a ocupação do espaço geográfico da cidade Cascudo demarca como sítio inicial a distância de meia légua do forte, apoiando-se em Serafim Leite e outros historiadores brasileiros. Para Leite, a cidade teria sido iniciada num

*"chão elevado e firme à margem direita do rio que os portugueses chamavam Rio Grande e os potiguares o Potengi compreende o pequeno platô da colina que sobe pela rua Junqueira Aires e desce pela avenida Rio Branco até o Baldo, praça Carlos Gomes. A demarcação foi feita com os cruzeiros de posse, tão comuns. Uma cruz no Norte denominou a rua que surgiu depois, rua da Cruz, Junqueira Aires atual..."*<sup>15</sup>

A cruz do Sul, foi colocada onde futuramente surgirá o Baldo, (praça Carlos Gomes) e seus fragmentos foram depositados no lago da Santa Cruz da Bica, erguida às proximidades. Já a cruz do norte fixou-se no alicerce da ladeira, na rua Padre João Manuel, que durante o século XIX, denominou-se rua da Cruz. A cruz do sul e do norte delimitaram o perímetro urbano, e a área considerada rural ou suburbana atingia os tabuleiros, entre a reta da atual avenida Capitão-mor Gouveia e o mar. Subindo o Potengi, a ponte de Guarapes dividia a Cidade Alta da Ribeira. Era a Cidade Alta; a parte ocupada pelo plantio de coqueiros, armazéns e ranchos era a Ribeira que vivia alagada pelas marés da enchente, daí o seu nome Ribeira pôs julgava-se Ribeirinha.

De início a população da cidade era composta pelos membros da fortaleza e suas famílias. Em 1608 a cidade não tinha moradores. Já em 1614 a cidade era composta por 12 casas de taipa e a igreja. Neste mesmo período também é feito o auto de repartição de terra e proclama-se a cidade do Rio Grande. Em 1630 a cidade já contava com 40 casas; 1631 aproximadamente 50. Nesta época a maioria da população morava nas fazendas, sítios e quintas, vindo a cidade assistir às missas dominicais. Um século depois (1757), Natal tinha 118 residências no espaço que se refere a 400 braças de extensão por 50 de largo de área ocupada.

Há pouco mais de cem anos toda a cidade compreendia-se entre a rua João Pessoa, a Felípe Camarão e a Silva Jardim. Todos os dados referentes a origem do nome e a fundação apresentados por Câmara Cascudo em seus livros acima citados serviram de fontes a outros autores, embora alguns pesquisadores contestem o seu trabalho como historiador.

<sup>15</sup> Idem, idem, p.31.

## ROCHA POMBO

Com referência à fundação de Natal, Rocha Pombo, relata, que esta só foi possível devido ao trabalho incansável do então comandante da fortaleza Jerônimo de Albuquerque. Pois após a retirada de Mascarenhas Homem, aquele iniciou um processo de pacificação dos índios Potiguares. Albuquerque teve o auxílio de duas figuras brilhantes, o padre Gaspar de Samperes, então arquiteto da fortaleza e missionário, e o chefe indígena Ilha-Grande.

Ilha Grande, após selar uma amizade com Jeônimo de Albuquerque, foi incumbido de levar aos seus o desejo de paz entre potiguares e portugueses. Neste sentido, reuniu em sua aldeia muitos chefes indígenas. De início houve uma certa desconfiança por parte destes. Mas, graças às mulheres Índias, este acordo foi aceito, pois elas argumentavam aos seus que já estavam cansadas de tanta aflição.

Ilha-Grande e outros três chefes, Poty, Pau Seco e Zorobabe procuram o comandante da fortaleza para ratificar a aliança. Jerônimo avisou aos capitães-mores da Paraíba e Pernambuco sobre o acordo, e em 11 de junho de 1599, na Paraíba, sob a presença dos chefes potiguares dos oficiais da Câmara, do capitão-mor Feliciano Coelho e outras pessoas. Segundo Rocha Pombo, através de tal aliança, Jerônimo de Albuquerque

*“Fizera assim grande amizade com muitos chefes, entre ao quais Jacaúna, que prestou bons serviços à nascente colônia do Rio Grande. E em seguida, quando se teve de estender a conquista, e principalmente quando se teve de expulsar do maranhão os franceses, muito útil foi aos colonos o prestígio deste homem, que mais tarde veio a tornar-se ainda grande figura na guerra contra os holandeses”.*<sup>16</sup>

Ratificado o acordo de paz entre os portugueses e os índios potiguares, Jerônimo de Albuquerque, dá início a fundação de uma nova povoação na capitania, uma vez que “já existia conforme se viu, nas vizinhanças do forte, um arraial a que se dava o nome de cidade dos Reis.”<sup>17</sup> Como aquele local era impróprio para localização de uma cidade, ele escolheu uma área a meia légua o forte, onde demarcou o perímetro urbano, e neste local deu início a construção de uma pequena igreja para servir de matriz. Ainda segundo Rocha Pombo muitas das habitações do antigo arraial transferiram-se para a nova área.

<sup>16</sup> POMBO. 1922. p.47.

<sup>17</sup> Idem, idem, p.47.

E em 25 de dezembro 1599, a capela foi inaugurada, *"circunstância que se aproveitou para dar à villa o nome de Natal."*<sup>18</sup>

Passados alguns meses Jerônimo de Albuquerque retirou-se para Pernambuco e deixou o comando da fortaleza sob a responsabilidade do loco-tenente João Rodrigues Colaço. Mas este foi nomeado capitão-mor pelo governador geral Dom Francisco de Souza, tendo governado a capitania por 3 anos e meio. Durante este período, o mesmo doou cerca de 50 concessões entre datas e sesmarias; foi também durante o seu governo que chegou a Natal o padre Gaspar Gonçalves da Rocha o primeiro vigário da nova freguesia. Este iniciou algumas melhorias na pequena matriz.

Aos poucos, em torno da matriz foram se agrupando novos moradores. A população da cidade neste período era composta de poucos europeus e de famílias indígenas. Segundo Rocha Pombo,

*"Não passaria de umas 80 pessoas o número de brancos, naturalmente quase todos oficiais e praças da fortaleza, e todos sem família. Propriamente no distrito, e em grande parte na povoação, só estavam domiciliados alguns pescadores e roceiros. Fora do núcleo, em paragens mais ou menos afastadas, contavam-se várias aldeias (umas dezesseis) de índios."*<sup>19</sup>

## TAVARES DE LIRA

O historiador Tavares de Lira ao fazer questionamento sobre quem seria o verdadeiro fundador da cidade, ressalta em seu livro *História do Rio Grande do Norte* a participação efetiva de Jerônimo de Albuquerque como primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande. Este autor destaca o papel desempenhado por Jerônimo de Albuquerque não só na fundação da cidade, mas também na ocupação e expansão do território da capitania, de vez que *"(...) as suas ligações com os indígenas, de que descendia pelo lado materno, eram garantia do sucesso de seus esforços na colonização da capitania: o êxito que obteve confirmou o acerto da escolha com que o honrara Manuel Mascarenhas, entregando-lhe o comando do forte dos Reis"*.<sup>20</sup>

A partir do momento em que Jerônimo de Albuquerque consegue efetuar um acordo de paz com os índios potiguares, tem início o processo de colonização das terras da capitania. Como relata Lira, *"Tranquilo quanto aos índios, em consequência das pazes com eles feitas, desvelou-se Jerônimo de*

<sup>18</sup> Idem. idem. p.48.

<sup>19</sup> Idem. idem. p.51.

<sup>20</sup> LIRA. 1982. p.28.

*Albuquerque em fundar uma povoação nas proximidades do forte. Essa povoação tomou, em 25 de dezembro do mesmo ano (1599), o nome de cidade - Natal*”<sup>21</sup> Daí a certeza do autor ao afirmar que *teria sido Jerônimo de Albuquerque a não Mascarenhas Homem o fundador de Natal*. Assim como Câmara Cascudo, Lira também descarta a possibilidade de João Rodrigues Colaço ser o fundador da cidade, já que este só irá assumir o comando do forte e o cargo de capitão-mor da capitania no ano de 1600, como atesta o documento descrito na revista no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol.VI, pág.138.

Ainda segundo de Lira, *“Colaço foi substituído por Jerônimo de Albuquerque, o mesmo que o precedera - entre 03 de julho e 08 de agosto de 1603”*. Durante o período em que Colaço esteve no comando da capitania esta pouco progrediu. Prossegue nosso autor: *“Natal pouco progredira. Poucos foram os que requereram sesmarias no sítio da cidade, e destes mesmos nem todos se aproveitaram das concessões”*<sup>22</sup> Só a partir do momento em que Jerônimo de Albuquerque reassumiu o comando da capitania é que esta começou progredir, pois este tomara a resolução de mandar construir um engenho nas terras que daria a seus filhos, Antônio e Matias de Albuquerque, em 02 de maio de 1604, tal doação compreendeu cinco mil braças quadradas, na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama. Este foi o primeiro engenho da capitania.

Para Tavares de Lira é incontestável a valiosa importância de Jerônimo de Albuquerque frente ao governo da capitania entre 1604 a 1609. Neste período a capitania teve um relevante progresso. O autor faz uma breve descrição do Rio Grande no início de sua colonização e antes da invasão holandesa descrevendo sua estrutura física econômica. Segundo ele a fortaleza era a maior e mais bem traçada do Brasil colonial, está sobre arrecifes ao lado sul do rio Potengi. Tal localização dificultava a entrada de mais de um navio. A mesma estaria constituída de trinta e três peças de artilharia grossa, nove de bronze e as demais de ferro, que serviria para defesa da capitania quanto ao possível ataque de invasores ou selvagens. A um quarto de légua da fortaleza estaria a povoação de Natal, para o sul, em toda a faixa litoral e numa zona de algumas léguas para o interior havia algumas fazendas sítios e povoações.

Tavares de Lira ressalta ainda as atividades econômicas desenvolvidas na região- *“A pesca florescia nas praias e nos rios e a indústria de criação por toda parte”*. A fabricação do açúcar ocorria em apenas dois engenhos: o Ferreiro Torto e o Cunhaú que fora Natal e o Ferreiro Torto era o centro mais populoso na capitania. O resto da população espalhado pelas roças e fazendas. *“Ao todo,*

<sup>21</sup> Idem, idem, p.29.

<sup>22</sup> Idem, idem, p.31.



*os habitantes não deviam exceder de poucas centenas de branco e de alguns milhares de índios que com eles viviam em relativa harmonia*".<sup>23</sup>

## TARCÍSIO MEDEIROS

Segundo Tarcísio Medeiros (1973), o interesse na ocupação e colonização do norte-riograndense se dá devido a sua posição geográfica. *"Por construir uma magnífica via de penetração, que permitiria aos lusos estenderem o seu domínio terra a dentro"*.<sup>24</sup> Para tanto foram expedidas duas cartas regias, 1596 e 1597. Ambas determinavam que o governador geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, tomasse providências que permitissem a conquista do território.

O governador geral, Dom Francisco de Souza, encarregou aos capitães-mores da Paraíba e de Pernambuco o empreendimento desta missão. Em 15/03/1597 partiu da Paraíba uma expedição que tinha como representante Manoel Mascarenha homem, capitão-mor de Pernambuco, auxiliado pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, além de Francisco de Barros Rego, comandante de esquadra, e dois irmãos Jerônimo Jorge e Antônio de Albuquerque. A expedição era composta de cinco navios e uma cavalaria, além de índios armados acompanhando a expedição, vieram os padres Lemos e Gaspar de São João Peres e o frei Bernardino.

Ao desembarcarem em terra, as forças logo apoderaram-se do porto e deram início a edificação na barra de um fortim de madeira para protegerem-se dos ataques dos índios. Mais tarde, este fortim iria se tornar a base para a fundação da fortaleza, cuja construção teve início em 06/01/1598. Em 24/06/1598, após serem expulsos os franceses da capitania, Mascarenhas Homem entregou o comando da fortaleza a Jerônimo de Albuquerque.

O primeiro ato de Jerônimo de Albuquerque, foi tentar fazer um acordo de paz com os índios. Com a ajuda do chefe indígena Ilha-Grande, fez selar uma aliança de paz com os chefes Pau Seco e Sorobobé. E em 15/06/1599, na Paraíba o acordo foi ratificado solenemente. A 25/12/1599 de volta da Paraíba e reassumindo o comando da fortaleza, Jerônimo de Albuquerque resolve dar início à fundação de uma cidade, *"na distância de meia légua num terreno elevado e firme onde já existiam algumas moradas, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia, que assinala no mundo da cristandade o nascimento do Divino Redentor"*.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Idem, idem, p.46.

<sup>24</sup> MEDEIROS, 1973, p.28.

<sup>25</sup> Idem, idem, p.29.

A dezoito de janeiro de mil seiscentos, João Rodrigues Colaço é nomeado o capitão da fortaleza pelo Alvará Real, mas oficialmente quem vai ocupar o cargo de capitão-mor da capitania é Jerônimo de Albuquerque nomeado pela carta patente de nove de janeiro de mil seiscentos e três da capitania.

O forte dos Reis como assim era denominado a fortaleza serviu de ponto estratégico e avançado para a expansão e conquista de novas terras. Durante o governo de João Rodrigues Colaço as concessões de sesmarias *"atingiram pelo lado sul o rio Carimataú, não indo, pelo norte, além de duas ou três léguas do forte dos Reis Magos. Para o interior, estendiam-se ao longo das margens dos rios mas a não serem os rios Potengi e Jundiá, que já alcançavam maiores distancias, as demais ficavam em lugares próximo do litoral"*.<sup>26</sup>

Medeiros explica, por intermédio de Tavares de Lira, a razão da preferência dos colonos instalarem-se no lado sul. Segundo este era do sul que os portugueses vinham expulsando os franceses e potiguares e também era esta a rota de concentração com a Paraíba e Pernambuco. Tratava-se pois de pontos já explorados e estradas conhecidas. Já o lado norte era desconhecido. A capitania aos poucos vai progredindo, pois era do interesse português manter tal posição estratégico-geográfica capaz de assegurar a soberania lusa e o prolongamento futuro para o interior da colônia.

## OLAVO DE MEDEIROS

O historiador Olavo de Medeiros em seu trabalho *Terra Natalense* (1991) busca esclarecer alguns pontos obscuros sobre o processo histórico da fundação da cidade do Natal. Pontos estes ainda hoje muito discutidos no contexto histórico da cidade.

O seu trabalho diverge dos anteriores pelo fato de que este não deixou intervir-se pela problemática em questão, mas buscou através de uma minuciosa pesquisa em documentos do antigo Senado da Câmara do Natal, revelar conflito de narrativas, e suas circunstâncias as possíveis conclusões.

Quanto à fundação da cidade do Natal, e quem teria sido o seu fundador, Medeiros relata que antes desta receber a atual denominação teria tido dois nomes: Cidade de Santiago e Cidade dos Reis. Estas referências são tiradas de cartas enviadas pelos missionários cristãos, e pelo frei Vicente Salvador, que escreve: *"Feitas as pazes com os potiguares como fica dito, se começou logo a fazer*

<sup>26</sup> Idem. idem. p.30.

*uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a chamam a Cidade dos Reis. A qual governa também o capitão do forte que el-rei costuma mandar cada três anos”.*<sup>27</sup>

A esse respeito, Olavo Medeiros se apoia também em Melchior Estácio do Amaral:

*“neste Rio Grande, que dista da Paraíba quarenta léguas, se viu esta peregrina gente em aperto, por falta de mantimentos, que não havia, nem os soldados, que ali residiam naquele Rio, os tinham para lhes darem, antes padeciam necessidade. Acharam a nova cidade de Santiago, que ali se principia, e tem já três casas de pedra e cal. a D. Beatriz de Menezes mulher do capitão dali, João Rodrigues Colaço...”*<sup>28</sup>

Ainda segundo este autor, *“o topônimo Santiago não prosperou, pois a cidade fundada no Rio Grande passou a ser conhecida como CIDADE DOS REIS, conforme informam Frei Vicente do Salvador e um mapa desenhado pelo cosmógrafo de sua majestade, João Teixeira Albernaz”*.<sup>29</sup> Esta teria sido fundada no dia 06/01/1600, no dia consagrado pelos católicos aos Santos Reis Magos. Cabendo a Manuel Mascarenha Homem o papel de fundador da cidade, conforme documento de concessão a sesmaria que este concedeu a João Rodrigues Colaço, a quem este entregaria o comando da fortaleza.

Com base na documentação do Senado da Câmara o topônimo Natal surgiria só a partir de 1614. Isso em virtude da data da chegada da expedição vinda à capitania para expulsão dos franceses, comandada pelo capitão-mor Manuel Mascarenha Homem. Este nome prevaleceria até os dias atuais. No tocante ao fundador da cidade o mesmo conclui que teria sido Manuel Mascarenha Homem o responsável pela fundação desta já que foi este oficialmente o primeiro comandante da fortaleza. Quanto a João Rodrigues Colaço e Jerônimo de Albuquerque Maranhão os teria sido destacados, pois ambos assumiram a função de capitão-mor só após a fundação da cidade. Mesmo que logo de início essa tenha recebido outra denominação.

<sup>27</sup> MEDEIROS FILHO, 1991, p.30.

<sup>28</sup> AMARAL, apud MEDEIROS, *idem*, p.30.

<sup>29</sup> MEDEIROS, 1991, p.32.

## 2.2. "MASCARENHISTAS" E "ALBUQUERQUISTAS" NA HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

No que se refere ao assunto, há uma certa diferenciação entre os historiadores. Todos elaboraram seus trabalhos de forma que evidenciam não propriamente o fato, seus antecedentes ou as conseqüências que este fato traria para as futuras gerações, mas sim os heróis deste acontecimento. ✓

No entanto, o que pode-se observar é que tais escritores, sob múltiplos aspectos, generalizaram acerca destes fatos, se contrapondo. Esta controvérsia vai refletir-se, nos manuais didáticos de história do Rio Grande do Norte destinados às primeiras séries de ensino, como veremos no próximo Capítulo.

Um exemplo disto está na questão de qual seria o nome original da cidade, Natal ou Cidade dos Reis? Esta dúvida resulta da data da conquista das terras potiguares pelos portugueses. E da data da fundação da cidade, seis de janeiro de 1597 ou vinte e cinco de dezembro 1599.

Câmara Cascudo, com base em relatos de outros escritores, afirma que o nome original da cidade é Natal, por esta ter sido solenemente erguida no dia vinte e cinco de dezembro de 1599. Embora, mais tarde, viesse a receber outros codinomes, o nome Natal permaneceu. Tal informação é compartilhada por outros clássicos. (Rocha Pombo, Tavares de Lira, Tarcísio Medeiros e Olavo Medeiros), embora, ainda ocorram, por certos intelectuais, dúvidas quanto o nome original, pois em alguns relatos escritos por historiadores da época, a cidade teria surgido com início da construção do Forte dos Reis Magos, e não após a construção deste. Apesar deste questionamento, prevaleceu o nome de Natal.

No que se refere ao possível fundador da cidade, os clássicos se contradizem um pouco. Câmara Cascudo, juntamente com Olavo de Medeiros Filho por exemplo, defendem a tese que o possível fundador da cidade teria sido Manuel Mascarenhas Homem, que teria chegado nas terras da Capitania antes de Jerônimo de Albuquerque ou de Rodrigo Colaço.

Tavares de Lira, Rocha Pombo e Tarcísio Medeiros são unânimes em afirmar que o verdadeiro fundador da cidade teria sido Jerônimo de Albuquerque. Embora Cascudo e Olavo afirmaram que João Rodrigues Colaço teria governado a capitania por curto período de tempo até o retorno de Jerônimo de Albuquerque, o qual teria se retirado da Capitania para oficializar-se no cargo de Capitão-mor e deixando-a sob o comando daquele.

9. — Ao analisarmos os escritores tradicionais, podemos perceber que todos deixaram levar-se por influências de suas épocas. O que é uma falha pois cabe a historiador repassar de maneira clara e objetiva todas as informações sobre o objeto de estudo e de investigação. Desta forma é válida a idéia de que a história deve ser reescrita, havendo dois aspectos básicos que devem ser ressaltados para uma melhor consolidação desta afirmação: uma real impossibilidade do historiador contemporâneo livrar-se

do seu tempo para atingir o passado de uma maneira mais objetiva; e um acréscimo de novos elementos, determinando uma nova visão ao tema abordado ao reescrever a história .



## CAPÍTULO 3

## O OLHAR DOS LIVROS DIDÁTICOS SOBRE A FUNDAÇÃO DE NATAL

## 3.1. AUTORES DIDÁTICOS E CONTROVÉRSIAS

Com base nas informações contidas e resgatadas nos clássicos sobre o tema, analisaremos abaixo os manuais selecionados para os fins desse trabalho. Tais obras foram escolhidas, após consulta a algumas escolas, no sentido de verificar a sua utilização efetiva no processo de ensino das séries iniciais.

A

## MARLÚCIA GALVÃO BRANDÃO

No livro *Rio Grande do Norte Nossa Gente... Nossa História*, a autora, Marlúcia Galvão Brandão, propõe que:

*“o aluno mergulhe no “túnel do tempo” e reconstrua o passado para que, conhecedor da História nestes dois tempos, possa interpretar, comparar, analisar e tirar suas próprias conclusões, elaborando um conhecimento novo, tornando-se capaz de conhecer e agir consciente na sociedade que o envolve. Devido as características próprias de cada aluno e de cada realidade social, dentro dos diversos espaços, é impossível ao autor trabalhar detalhadamente este presente. No entanto, através do ensino/pesquisa VOCÊ e seus ALUNOS poderão ir registrando, discutindo e analisando a História que estamos a construir. Este trabalho apenas contribui com um conteúdo histórico que é indispensável ao educando, mas que só será válido se este conteúdo conseguir ajudá-lo a compreender a realidade por ele vivenciada hoje”*<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> BRANDÃO. 1993. p.13.

Com relação à fundação da cidade, e a quem teria sido de fato seu fundador, registra BRANDÃO:

#### “QUEM FUNDOU NATAL?”

*“Para alguns historiadores foi Jerônimo de Albuquerque. Outros acreditam que tenha sido Mascarenhas Homem ou ainda João Rodrigues Colaço. No entanto, dá-se mais credibilidade à pessoa de Jerônimo de Albuquerque.*

*Nesta questão, temos que levar em consideração que nenhuma cidade é fundada por um único homem. Junto a ele, existiram muitos outros que se aventuraram nessa missão, e por serem homens comuns, não tiveram seus nomes registrados na História. Apesar de terem construído o Forte, as igrejas, as casas, os engenhos e até mesmo terem dado a própria vida, morreram no anonimato.*

*Estes nomes citados podem Ter ordenado e administrado a construção da cidade. Aqueles que trabalharam, que modificaram o espaço através do trabalho, que transformaram, foram os verdadeiros fundadores e os que fizeram a HISTÓRIA.”<sup>31</sup>*

Conforme os dados obtidos com relação ao conteúdo redigido nos livros sobre o assunto em debate, a autora procurou não omitir nenhuma informação ao discente, lançando ao mesmo questionamentos sobre a temática e procurando orientá-lo no sentido de que não é só um indivíduo responsável pela formação, geração, ou construção do espaço a que este estaria inserido, mas um conjunto. Lançando por meio desta a tarefa de coletividade procurando socializá-lo.

Vale salientar, que embora este manual didático não omitia nenhuma informação sobre a temática e até incentive ao aluno na busca por mais informações em outras fontes tais objetivos só terão êxito se o agente de mediação entre as condições internas e externas de aprendizagem esteja plenamente capacitado para tal missão. O que nos faz refletir sobre a estrutura pedagógica das instituições de ensino brasileiro, e de que modos que nos últimos anos a escola tem tentado capacitar o docente, e a sua própria estrutura física (da escola) para tal empreendimento. Porém, este é um problema para além dos limites do presente estudo.

---

<sup>31</sup> Idem, idem, p.54.

2 MARINHO & NORONHA

Os autores Aleuda Wanderley Marinho e Carlos Henrique Moura Mavignier de Noronha (1991), em seu livro *Rio Grande do Norte – Meu Estado*, cometem algumas falhas ou equívocos e ainda subtraíram informações necessárias para o entendimento do aluno sobre tema em debate. A fundação da cidade e quem teria sido seu provável fundador, estes no capítulo. A colonização do Rio Grande, relatam:

*“...em cumprimento às cartas régias foi iniciada a campanha colonizadora, através de Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco e Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba. Assim partiram sete navios e cinco caravelas, tendo como capitão-mor Francisco de Barros Rêgo e como almirante Antônio Costa Valente. Por terra, em companhia de Mascarenhas Homem, iam três companhias comandada por Jerônimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque e Antônio Leitão Mirim. Manuel Leitão levava uma companhia de cavalaria. Após muitas lutas, os portugueses expulsaram os franceses e pacificaram os índios. A partir daí foi construído um fortim de madeira, iniciado a 6 de janeiro de 1598 e concluído a 24 de junho do mesmo ano, sendo chamado de Forte dos Santos Reis. No ano seguinte, em 25 de dezembro, era fundada a cidade de Natal”.*<sup>32</sup>

Como podemos observar os autores cometeram alguns enganos, com referência a composição da expedição enviada pelo governador geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, a mando do rei Felipe II. Conforme relatam Cascudo, Rocha Pombo, Tavares de Lira, Tarcísio Medeiros e Olavo Medeiros Filho em seus livros. Todos autores afirmam que Mascarenhas Homem chegou à capitania do Rio Grande, por mar e não por terra, e também não acompanhava as companhias comandadas pelos irmãos Jerônimo e Jorge de Albuquerque. Outra gafe cometida pelos autores refere-se à falta de informações sobre o provável fundador da cidade. Os mesmo relatam apenas que a cidade teria sido fundada no ano seguinte após a construção do forte.

Como podemos observar não houve uma preocupação dos autores em relatam questionamentos sobre o referido tema em questão, ainda assim os mesmo cometem o grave erro de não aprofundarem em seus dados sobre a temática ressaltada. Estes ao redigirem o capítulo cometeram o erro maior de acharem-se donos da verdade, já que todos não tiveram a preocupação de lançar

<sup>32</sup> NORONHA, 1991, p.24.



questionamento aos discentes. Tal erro repercutira na passagem de informação dado pelo mestre caso esse não tenha nenhum dado sobre o tema.

### ③ ALMEIDA & CASTRO

Raimunda Almeida e Maria das Neves Castro em seu livro Rio Grande do Norte Geografia História (1995), cometeram erros idênticos aos concebidos por Marinho e Noronha. Estas ao comentarem sobre a expedição enviada a capitania para expulsar os franceses e colonizá-la relatam:

*“... para cumprir tais ordens, D. Francisco de Souza, sétimo governador geral do Brasil, enviou uma expedição, comandada pelo capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, para lutar contra os franceses e os potiguares. Além disso, determinou a construção de um forte militar para proteger a região. Assim, no dia 6 de janeiro de 1598, iniciou-se a construção da fortaleza que, em homenagem a essa data, recebeu o nome de forte dos Reis Magos (...), foi concluído a 24 de junho do mesmo ano, passando a ser comandado por Jerônimo de Albuquerque. Após sangrentos combates em terra e mar, os portugueses expulsaram os franceses (...). Os jesuítas convenceram os potiguares a fazer um tratado de paz com os colonizadores (...). Procurando proteção, os poucos colonos que existiam na região foram se aglomerando nas proximidades do forte, dando origem a um povoado que a 25 de dezembro de 1599, recebeu o nome de Natal. Assim nasceu a capital de nosso estado”.*<sup>33</sup>

O que nos leva a conclusão que estas autoras não procuram confrontar as informações oferecidas pelos clássicos, e nem preocuparam-se, como estas seriam repassadas para o aluno. O que vai de encontro ao adjetivo do historiador, como afirmam: Vieira, Peixoto e et al.

*“Ao historiador cabe dar ao objeto eleito para estudo, uma explicação global dos fatos humanos, acima de qualquer compartimentação, centrando o eixo dessa explicação nos mecanismos que assegurem a exploração e a dominação de uns homens sobre outros, e que traduzem nas*

<sup>33</sup> ALMEIDA, CASTRO. 1995. p.119-120.

*relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas idéias e formas institucionais”.*<sup>34</sup>

#### 4) BRANDÃO, FELIPE & TAVARES

Outro livro didático que não procura da uma maior explicação dos fatos é o de BRANDÃO, FELIPE E. TAVARES (1994), Rio Grande do Norte, que relatam o episódio de maneira suscita, como podemos observar abaixo:

*“O rei Felipe II (Rei de Espanha e Portugal) ordenou ao 7º Governador Geral, D. Francisco de Souza, que expulsasse os franceses e colonizasse a Capitania do Rio Grande (do Norte), para evitar novas invasões. D. Francisco de Souza mandou que Manuel Mascarenhas Homem (capitão-mor de Pernambuco) e Feliciano Coelho de Carvalho (da Paraíba) expulsassem os franceses. Em 1597, os franceses são expulsos. Os portugueses começaram a construir uma base militar sob a orientação do Jesuíta Gaspar de Samperes. Essa base teve início em 6 de janeiro de 1598 e recebeu o nome de Fortaleza dos Reis Magos (...). A Fortaleza dos Reis Magos, por ser uma base militar, representava a defesa da Capitania. Por esse motivo, os colonos, buscando proteger-se contra ataques de índios e de outros povos, foram construindo suas casa próximo à fortaleza, surgindo assim o primeiro povoado de brancos, chamado Cidade dos Reis. Neste local construíram a Capela de Nossa Senhora do Patrocínio (...). Para acalmar os índios, os jesuíta Gaspar de Samperes e Francisco Pinto passaram a visitar as tribos e, em 11 de junho de 1599, na Cidade de Filipéia (PB), conseguiram um acordo de paz. Depois do tratado de paz realizado entre índios e brancos, os colonizadores portugueses decidiram procurar um lugar mais adequado para construir suas casas. Distanciando-se da Fortaleza dos Reis Magos, construíram uma capela, hoje a antiga Matriz da Cidade Alta, e, junto com sua inauguração, no dia 25 de dezembro de 1599, fundaram Natal. Alguns historiadores atribuem a fundação de Natal a Jerônimo de Albuquerque. Outros, a Mascarenhas Homem ou, ainda a João Rodrigues Colaço.”*<sup>35</sup>

<sup>34</sup> VIERA, PEIXOTO. et. al., 1991.

<sup>35</sup> BRANDÃO, FELIPE. TAVARES. 1994, p.10-12.

Este manual, apesar de conter mais informações sobre a temática, peca ao não levantar questionamentos sobre o tema.

Alguns outros manuais didáticos, bastante utilizados nos estabelecimento de ensino da rede pública ou privada, subestimam a capacidade do docente e do discente ao a repassar-lhes informações equivocadas.

Este trabalhou analisou e selecionou alguns destes manuais, como podemos observar abaixo:

## 5 SALESIANOS

O livro didático adotado por uma das instituições de ensino da rede particular mais tradicionais de Natal, trás no capítulo a “ Ocupação do Espaço Norte-Rio-Grandense”, alguns equívocos, como podemos ver: *“no final do século XVI, o Governador Geral do Brasil, por ordem do Rei de Portugal, providenciou a expulsão dos franceses da região...Para isso foi realizada uma grande expedição(...). Seguindo o litoral, velejaram sete navios e cinco caravelões. No caminho, parte da tripulação foi castigada pela varíola, fazendo com que muitos perdessem a vida.”*<sup>36</sup>

O autor neste parágrafo cometeu dois equívocos: Primeiro ao não citar que a expedição foi dividida em duas terrestre e marítima, o segundo ao relatar que “parte da tripulação foi castigada pela varíola” quando sabemos que esta epidemia atacou a expedição vinda por terra e não por mar. Ainda neste capítulo o autor subtraiu algumas informações, com referência ao fundador da cidade.

## 6 ALMEIDA & GURGEL

Outro livro analisado, em que também foi encontrado alguns equívocos, foi das autoras Mundinha Almeida e Nevinha Gurgel (s.d.), Estudos Sociais RN. Estas, ao referirem-se a construção da fortaleza relatam: *“foi levantado logo um “entrancheiramento de varas, de mangue trançadas e barro socado”*.<sup>37</sup>

Neste trecho as autoras subtraem a informação de que elas próprias referiam-se a construção do forte. De que estes entrancheiramento de varas seria o forte.

<sup>36</sup> SALESIANOS, 1998. p.132.

<sup>37</sup> ALMEIDA, GURGEL, [s.d]. p.68.

Com relação aos prováveis fundadores as autoras não citam a participação de João Rodrigues Colaço e de Manuel Mascarenhas Homem, na fundação da cidade. Outro equívoco observado foi com referência as denominações recebidas pela cidade, antes desta chama-se definitivamente Natal.

*“A cidade do Natal teve início com a construção do forte dos Reis Magos, daí ainda hoje ser conhecida por Cidade dos Reis. Nada havia por aquelas regiões: tudo eram matas, apenas, do outro lado do rio Potengi, viviam os índios potiguares, na chamada Aldeia Velha, hoje Vila de Igapó, que está ligada a Natal por uma moderna ponte. Após a construção do forte, os homens iniciaram a da cidade, entre a margem direita do rio Potengi e o oceano Atlântico. No dia 25 de dezembro de 1599, Jerônimo de Albuquerque, já de posse do governo da capitania, demarcou a cidade, iniciando as construções das obra necessárias aos diversos ramos de serviços público, como igrejas, casas da Câmara, residência do governador, pelourinho. A cidade recebeu o nome de Natal, por Ter nascido num Natal. Estava, assim, criada a cidade que, muitos anos depois, na II Guerra Mundial, Tornou-se pelos valiosos serviços que prestara em prol da paz mundial.”<sup>38</sup>*

#### ④ VENTURELE

De todos os livros analisados o que, mais subestima a capacidade do aluno na apropriação do conhecimento histórico é o do escritor Paulo Venturele (1997), Minha Cidade Natal. Este manual didático suscita informações aos alunos. Mais guia turístico, como podemos observar nos trechos abaixo analisados:

*“contam os historiadores que a 25 de dezembro de 1599 foi demarcado o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal. O lugar escolhido para a fundação da cidade era o chão elevado e firme à margem direita do rio Potengi. A demarcação foi feita com cruzeiros de posse. A cruz do norte ficou na atual rua Junqueira Aires, a cruz do sul, no declive do baldo na Praça Carlos Gomes. A povoação estava centralizada na capelinha onde existe a antiga catedral. No início, recebeu o nome de Rua Grande, depois*

<sup>38</sup> ALMEIDA, GURGEL. [s.d.]. p.34.

*Praça da Matriz e atualmente, Praça André de Albuquerque. No ano de 1630. Segundo relatos, Natal possuía cerca de 30 a 40 casas de palha e barro. Seus habitantes com maiores recursos viviam nos arredores, em seus sítios, e vinham à cidade para as missas de domingos e dias santos”.*<sup>39</sup>

Analisando os livros didáticos, constatou-se que os autores destes manuais cometeram certos equívocos em relação ao conteúdo discutido, por não confrontarem os seus dados com as informações contidas nos clássicos. Vale salientar que mesmo com estes equívocos, é relevante o trabalho destes autores para o resgate e preservação dos valores da nossa História.

---

<sup>39</sup> VENTURELE, 1997, p.27.

### 3.2 "MASCARENHISTAS" E "ALBUQUERQUISTAS" NOS MANUAIS DIDÁTICOS

Os autores de livros didáticos ao escreverem sobre a história da fundação da cidade do Natal e sobre quem seria, de fato, o seu fundador, na maioria das vezes utilizam como referência os cinco autores clássicos escritores clássicos da historiografia norte-rio-grandense, Câmara Cascudo, Rocha Pombo, Tavares de Lira, Tarcísio Medeiros e Olavo Medeiros. A contribuição destes clássicos na elaboração dos manuais didáticos utilizados pelos docentes na sala de aula é relevante, já que, parte da documentação existente sobre este fato se perdeu, extraviou-se no tempo.

Quanto a este fato, observa-se que os livros didáticos, não trazem referências sobre o questionamento do nome da cidade, pois para os elaboradores destes livros, tal discussão não tem importância. Isso nos leva a discutir, o papel da história como ciência, pois sabemos que historiador não deve, jamais, omitir tais informações que possibilitem uma maior reconstituição do fato para uma melhor compreensão do processo na vida real.

Com referência a estes fatos, tais livros didáticos novamente pecam ao não jogar para os docentes, tal questionamento.

Com relação aos livros didáticos, estes cometeram os mesmos equívocos dos clássicos, além de subestimar a capacidade de conhecimento e aprendizagem do aluno quando não questionaram em seus livros o tema debatido. Além de omitirem certas informações como: Marinho e Noronha, não citam quem foi o provável fundador da cidade e equivocaram-se sobre a composição da expedição enviada a capitania para expulsar os franceses e iniciar a colonização; Almeida e Castro, cometeram erros idênticos aos concebidos por Marinho e Noronha; Brandão, Felipe e Tavares pecam por relatar o episódio de maneira suscita; Almeida e Gurgel, concordam com Tavares de Lira, Rocha Pombo e Tarcísio Medeiros relatando que o provável fundador da cidade teria sido Jerônimo de Albuquerque.

Quanto ao livro utilizado por um certo estabelecimento de ensino, omitem informações sobre a expedição e peca por afirmar que o provável fundador teria sido João Rodrigues Colaço. De todos os livros analisados, o que mais subestima a capacidade do aluno é do autor Paulo Venturele, que escreve seu livro de forma suscita e como um guia turístico, onde todas as informações estão prontas. Não deixando espaço para o aluno questionar.

A exceção dos manuais analisados é o de Marlúcia Brandão que levanta questionamentos sobre o provável fundador e tudo que se refere a fundação da cidade do Natal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades encontradas pelo docente no processo de ensino-aprendizagem da História residem, na maioria das vezes, tanto na escolha dos instrumentos didáticos, como na metodologia e nos procedimentos que serão trabalhados na sala de aula.

Ao optar por um determinado manual, livro ou apostilas, o professor jamais deverá se limitar aos conceitos e parâmetros expostos por esse instrumento didático, pois, muitas vezes, estes instrumentos trazem informações erradas ou contraditórias com a bibliografia específica. Além disso o docente deverá lembra-se que esses recursos pedagógicos não podem ser tomados como materiais estáticos, imutáveis, sempre verdadeiros; e que estes não são as únicas fontes do conhecimento, mas sim uma fonte de informações a ser utilizada em momentos específicos e para fins determinados. Pois o mais importante não é o livro, o manual ou apostila, mas a utilização que se faz destes.

Outro procedimento que o professor deveria adotar seria confrontar as informações contidas em instrumentos com a prática de vida dos alunos e com a realidade que os mesmo vivem. Conforme Libâneo: *"em certo sentido, os livros, só expressarem o modo de ver de determinados segmentos da sociedade, fornecem ao professor uma oportunidade de conhecer como as classes dominantes explicam as realidades sociais e como dissimulam o real; e podem ajudar os alunos a confrontarem o conteúdo do livro com a experiência prática real em relação a esse conteúdo"*.<sup>40</sup>

Esta situação acontece devido, talvez, à falta de capacitação do professor e às dificuldades defrontadas por estes como: falta de informações históricas na formação pedagógica; falta de contato com bibliografia específica e erros nos livros didáticos. Decorre, ainda devido agentes externos ao meio escolar como: os baixos salários dos professores e a falta de interesse dos alunos na sala de aula durante a exposição do assunto; a estrutura física da escola etc. Isso tudo acarreta equívocos na transferência das informações que estão contidas nos livros como foi observado em alguns manuais didáticos analisados por este trabalho.

Outro problema constatado ao analisamos as fontes bibliográficas disponíveis ao educador foi a falta de contato ou prática em confrontar os dados obtidos nestas fontes com terceiras informações (CD Rom, vídeo, jornais, etc).

Tais limitações acontecem devido ao fato de que o docente, com já foi dito antes, costuma se deter aos livros didáticos como única fonte de conhecimento. Os professores devem lembrar-se que estes instrumentos pedagógico não podem sobrepor-se as informações obtidas pelos livros, eles devem servir como auxílio no seu trabalho. O docente deve ter a convicção de que cabe a ele desenvolver

<sup>40</sup> LIBÂNEO. 1993. p.145.



métodos, que incitem o aluno através dos livros didáticos para problematizar questões históricas, instigar debates, analisar os textos, confrontar pontos de vistas, etc.

Uma solução que talvez resolvesse o problema das informações equivocadas encontradas nos livros didáticos pelo docente seria através da adoção da pesquisa escolar como recurso didático a ser utilizado. Sendo necessário para isto que o professor ensine aos seus alunos, quais os procedimentos técnicos que estes deveriam proceder para o êxito do trabalho.

A pesquisa, a coleta de informação e o trabalho com conceito são mais significantes e mais instigantes para os alunos quando fundamentam a construção de uma ou mais respostas para os questionamentos realizados do início da atividade.

Esta atividade adotada pelo professor evitaria a desenvolvimento do ensino reprodutivo ou seja aquele no qual o aluno reproduz ou memoriza as informações contidas em textos ou é incompreensíveis para os mesmos, e despertaria no aluno a busca da compreensão dos textos, na curiosidade do assunto debatido, e desenvolveria instrumentos de conhecimento úteis para a compreensão cada vez ampla do objeto de estudo, de outros e de seu meio, em vez de depositar nestas informações prontas e acabadas e as vezes incorretas.

Como ponto positivo, podemos ressaltar a contribuição que os autores de livros didáticos e clássicos tradicionais, mesmos com alguns equívocos em suas obras, é de grande importância para o resgate da nossa cultura e a preservação dos valores da nossa História.

Sendo por isso necessário que o historiador ao escrever sobre o objeto de estudo seja o máximo possível fiel as informações por ele obtidas. Com isso o contribuirá para o aprendizado do aluno, despertando neste a consciência do seu papel de agente transformador do pensamento e da sociedade.

É pertinente, aqui ressaltar a necessidade de realização de mais pesquisa sobre o ensino da história de Natal ou seja do Rio Grande do Norte nas escolas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal, 1998. (apostila).
- ALMEIDA, Mundinha. GURGEL, Nevinha. **Estudos Sociais RN**. Fortaleza: Gráfica Estrela. Coleção FUNSERN. Vol. 1 (s. d).
- ALMEIDA, Raimunda. CASTRO, Maria das Neves. **Rio Grande do Norte: Geografia – História**. São Paulo: FTD, 1995.
- ANTONIO, Luiz. **História do Rio Grande do Norte para Turismo**. Natal, 1998. Apostila (ETFRN).
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 12. ed. Brasília: Brasiliense, 1987.
- BRANDÃO, Marlúcia Galvão, FELIPE, José Lacerda A. TAVARES, Maria Cristina Ozório. **A Terra e o Povo: Rio Grande do Norte**. Natal: Grafset, 1994.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Deptº. de Imprensa Nacional, 1955.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Nomes da Terra**. Coleção Cultura. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Cidade do Natal**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.
- DI GIOVANNI, Maria Lúcia Ruiz. **História**. São Paulo: Cortez, 1992 (Coleção Magistério 2º grau, série formação geral).
- GUIMARÃES, Maria Lêda Lins. **A Microrregião de Natal, uma contribuição ao estado de organização do espaço**. Coleção Textos Acadêmicos. Natal: Universitária, 1980.
- HISTÓRIA do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto: Tribuna do Norte, 1998. Fasc. 2 e 3.

- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Magistério, 2º grau, série formação do professor).
- LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- MARINHO, Aleuda Wanderley, NORONHA, Carlos Henrique Maira Mavignier. **Rio Grande do Norte, Meu Estado**. 3ª. Série: Estudos Sociais. São Paulo, Ed. Brasil, 1991.
- MEDEIROS, Olavo Filho. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Coleção Cultura 02. Natal: Deptº. Estadual de Imprensa, 1997.
- MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. **O Negro da Etnia do Rio Grande do Norte**. Natal: Universitária, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Imprensa Universitária, 1973.
- MINEIRO, Fernando. **Natal em Perfil**. Natal, 1992
- MIRANDA, João Maurício Fernandes. **380 anos de história fotografia da cidade de Natal**. 1599-1979. Natal: Universitária: Prefeitura Municipal de Natal, 1981.
- MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Universidade do Rio Grande do Norte. 1986.
- Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ministério da Educação e o Desporto**. Brasília, 1998
- PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez. 1992. (Coleção Magistério 2ª grau, série formação geral).
- POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. 1922.
- REVISTA Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 18, nº. 36, 1998. (DOSSIÊS)
- Rio Grande do Norte. Secretaria do Estado de Educação e Cultura. **História dos bairros**. Natal, 1978.

SALESIANOS. Conexão Consciência Salesiano/98 – “Razão, Religião e Amor.”, 1998 (Sociedade Educacional Positivo). 3ª. Série - História e Geografia.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **Anotações Sobre a História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Clima, [s.d].

VENTURELE, Paulo. **Minha Cidade Natal**. Natal: Dacosta, 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e Et. Alii. **A Pesquisa em História**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.